

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 347/XII/1ª

RECOMENDA A ADOÇÃO DE MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA RELATIVOS AOS CUSTOS DA ENERGIA E ÀS MEDIDAS DE ELIMINAÇÃO DAS RENDAS EXCESSIVAS

A fatura energética em Portugal é das mais altas da Europa, tanto pelo peso no orçamento familiar como nos custos de produção da indústria. E esta realidade tem vindo a ser agravada, pelo aumento do IVA e pela liberalização do mercado. Simultaneamente, um regime de rendas garantidas aos grandes produtores de eletricidade tem servido como impulsionador de subidas constantes no preço da eletricidade, ao criar um artificial défice tarifário.

O atual governo assumiu o compromisso de eliminação das rendas excessivas aos produtores de eletricidade e encomendou mesmo um estudo a especialistas da Universidade de Cambridge para detetar e contabilizar essas rendas excessivas. Este estudo analisa os diversos tipos de contratos com as produtoras de eletricidade e os dados são arrasadores: por ano, as rendas excessivas, ou seja, ganhos garantidos e sem qualquer fundamento, ascendem a 300 milhões de euros. Até 2020 as grandes produtoras de eletricidade esperam arrecadar quase 4 mil milhões de euros em rendas excessivas, dos quais 2133 milhões são relativos apenas aos custos de manutenção de equilíbrio contratual, os CMECs, dos quais a EDP é a única beneficiária.

Este estudo, no entanto, foi escondido pelo governo, que não o enviou à Assembleia da República nem à troika. O ex-secretário de estado da energia demitiu-se ao ver o estudo ser enviado para a EDP e logo remetido para a gaveta.

Entretanto, o Ministro da Economia e do Emprego, no passado dia 17 de maio, veio ao Parlamento anunciar que Portugal estaria a viver um momento histórico com a redução das rendas excessivas aos grandes produtores de energia. Acontece que esse anúncio não só apontou a valores de redução muito reduzidos, face aos universos conhecidos das rendas excessivas, como não foi acompanhado das medidas concretas que permitiriam a redução anunciada.

Na verdade, o governo não mexeu na legislação que suporta boa parte das rendas excessivas, como os CMECs, e, muito embora revogue temporariamente a garantia de potência, anunciou novos planos de incentivo. Ou seja, não se conhece de facto o programa de redução das rendas excessivas, a sua calendarização ou os montantes envolvidos.

O setor da energia é central na economia e na vida das pessoas. Em Portugal grande parte das famílias não consegue aquecer a casa no inverno e aumenta o número das famílias que não conseguem pagar a fatura da luz. Simultaneamente, nas empresas, as paragens de produção por incapacidade de pagamento da energia sucedem-se. O peso da energia nos custos de produção é fator de perda de competitividade de toda a economia e uma das causas de falências e desemprego.

A falta de transparência nas rendas pagas aos produtores de energia e de clareza nas propostas do governo não é aceitável. Os anúncios não se substituem às políticas concretas. O governo tem o dever de dar a conhecer a realidade das rendas excessivas e de se comprometer com objetivos concretos para a sua eliminação.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Disponibilize no portal do governo e em português o estudo que encomendou a especialistas da Universidade de Cambridge sobre as rendas excessivas pagas aos grandes produtores de energia em Portugal
2. Entregue à Assembleia da República o programa completo do anunciado corte de rendas excessivas, incluindo as alterações legislativas e renegociações de contratos previstas, a sua calendarização, bem como os montantes e prazos envolvidos.

Assembleia da República, 25 de maio de 2012.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,